

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

1 1. ABERTURA: Nos dias 25 e 26 de junho de 2025, foi realizada de modo híbrido
2 (virtualmente, pela Plataforma Microsoft Teams e, presencialmente, no Auditório
3 Ipê Amarelo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA), a 75ª
4 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO.
5 Estavam presentes os membros: **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Diretor do
6 Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade -
7 DCBIO/SBIO/MMA; **Alessandro Cruvinel Fidelis e Luis Gustavo Asp**
8 **Pacheco** do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; **Bruno Marangoni**
9 **Martinelli** do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; **Maria Aldete**
10 **Fonseca** do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar –
11 MDA; **Sandra Silvestre de Souza** do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA;
12 **Leandro Magalhães Silva de Sousa** do Ministério das Relações Exteriores –
13 MRE; **Amanda Amaral Abrahão** do Ministério da Saúde – MS; **Maria Izabel**
14 **Soares Gomes da Silva e Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça** do
15 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –
16 IBAMA; **Marcelo Marcelino de Oliveira e Marília Marques Guimarães Marini**
17 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
18 **Leonardo Tavares Salgado** do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio
19 de Janeiro – JBRJ; **Paul Joseph Dale** da Associação Brasileira de Entidades
20 Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; **Carlos Alfredo Joly** da Academia
21 Brasileira de Ciências – ABC; **Daniela Carneiro Maximo de Oliveira e Gustavo**
22 **Taboada Soldati** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
23 – CONDRAF; **Francilourdes Gonçalves dos Santos** do Movimento de
24 Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP; **Nelson Ananias Filho** da
25 Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Mário**
26 **Augusto de Campos Cardoso e Júlia Moreira Pupe** da Confederação
27 Nacional da Indústria – CNI; **Brenda Hellen Izidio de Paiva Jerez** da Rede
28 Brasileira de Jovens pela Biodiversidade - GYBN Brazil; **Gustavo Rodrigues de**
29 **Souza** da Conservation International do Brasil, eleita para o bioma Amazônia;
30 **Francisco Carneiro Barreto Campello** da Fundação Araripe, eleita para o
31 Bioma Caatinga; **Isabel Benedetti Figueiredo** do Instituto Sociedade,
32 População e Natureza - ISP, eleito para o bioma Cerrado; **Alexandre José**
33 **Diehi Krob** do Instituto Curicaca, eleito para o bioma Pampa; **Simone Fraga**
34 **Tenório Pereira Linares** do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, eleito para
35 o bioma Pantanal; **Michel de Souza Rodrigues dos Santos** do Fundo Mundial
36 para a Natureza WWF - Brasil, eleito para a Zona Costeira e Marinha;

37 2. APROVAÇÃO DA PAUTA.

38 A Pauta foi aprovada com os seguintes itens e distribuição de temas:

39 1 – Abertura

40 2 – Aprovação da Pauta

41 3 – Aprovação da Ata da 74ª Reunião Ordinária da CONABIO

42 4 – Apresentação do Parecer MMA sobre as contribuições da CONABIO às
43 propostas de atualização das Listas Nacionais de Espécies Ameaçadas de
44 Extinção

45 5 - Apreciação de proposta de criação de Grupo de Trabalho para a construção
46 de uma Estratégia Nacional para a Conservação, Restauração e Uso
47 Sustentável dos Campos Naturais Brasileiros

48 6 - Apresentação dos resultados preliminares da Auditoria Operacional do TCU
49 sobre a Meta 18

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

51 7 - Apresentação decreto EPANB
52 8 - Discussão sobre a necessidade de pesquisa e incentivos econômicos para o
53 manejo do pau-brasil e outras espécies de interesse econômico
54 9 – Palavra aberta aos membros
55 10 – Encerramento
56

57 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO
58 A Ata foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.
59

60 4. APRESENTAÇÃO DO PARECER MMA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA
61 CONABIO ÀS PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO DAS LISTAS NACIONAIS DE
62 ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

63 Após a apresentação do parecer MMA, foi aberto para discussões.
64 Com a participação de diversos órgãos, como o ICMBio, o MMA, o JBRJ, o
65 IBAMA, o MRE, a CNI, o MPA, a ABEMA e o CONDRAF, a atualização das listas
66 nacionais de espécies ameaçadas foi discutida. O debate abrangeu temas como
67 a aplicabilidade de avaliações regionais, a necessidade de alinhamento com a
68 metodologia da IUCN e a importância da parceria com os estados para
69 harmonizar as listas. Foi levantada a questão da transparência e atualização de
70 dados no portal SALVE e a publicação de listas em portarias novas, uma para
71 cada grupo avaliado. A situação de algumas espécies foi discutida, como o
72 *Dipteryx ferrea* (Cumaru-ferro) e a *Comantha elegans* (sempre-viva). No caso
73 da sempre-viva, o CONDRAF contestou a categorização, defendendo que o
74 manejo por populações tradicionais contribuía para a conservação. O JBRJ e o
75 MMA concordaram em reavaliar a espécie, alterando sua classificação de "em
76 perigo" para "vulnerável". No entanto, o CONDRAF se absteve na votação do
77 Artigo 1º e Parágrafo Único da Resolução das Espécies Ameaçadas, pois alegou
78 não ter tido tempo hábil para analisar a nova ficha técnica da espécie. O debate
79 também incluiu a articulação entre as listas nacionais e estaduais, a necessidade
80 de capacitação dos estados e a coordenação com a CITES. Ao final, foi colocada
81 em votação uma proposta de deliberação para a nova lista, que incluía as
82 espécies não contestadas e aquelas cujas contestações foram consideradas
83 improcedentes, com ajustes finais no texto para maior clareza.
84

85 5. APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO
86 PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A
87 CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS CAMPOS
88 NATURAIS BRASILEIROS

89 O MMA propôs a deliberação sobre a criação de um grupo de trabalho para
90 elaborar uma estratégia nacional de conservação e uso sustentável dos campos
91 naturais. Uma representante da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, em
92 nome de oito estados, apresentou a proposta, destacando a importância da
93 biodiversidade e a negligência histórica das políticas públicas com os
94 ecossistemas não-florestais. Após a apresentação, foi aberto o debate para
95 comentários, com representantes do MDA, do ICMBio, da Fundação Araripe, do
96 Instituto Curicaca, da ABEMA e do CONDRAF elogiando a iniciativa e sugerindo
97 a inclusão de temas como o uso sustentável, o pastoreio e o papel dos povos e
98 comunidades tradicionais. A minuta de resolução para a criação do grupo de
99 trabalho foi lida e discutida artigo por artigo. A composição do grupo gerou o
100 maior debate. Foram incluídos representantes do IBAMA, do Serviço Florestal

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

101 Brasileiro e do MDA, a pedido dos respectivos órgãos. A lista de ONGs e de
102 pesquisadores a serem incluídos no grupo foi alvo de intensos debates. A
103 representante do MDA foi contrária à alteração da redação do inciso referente à
104 composição das ONGs e também à inclusão da SBPC, visto que já está prevista
105 a participação da ABC, no GT de Campos Naturais. O Sr. Carlos Alfredo Joly, da
106 ABC, pediu que fosse registrado em ata, repúdio em relação a fala da Sra.
107 Simone Tenório do IPE, que teria dito que as instituições acadêmicas (ABC e
108 SBPC) eram "burocráticas e lentas". A Sra. Simone também solicitou inclusão
109 em ata seu esclarecimento, que não questionou a importância das instituições,
110 mas sim sua agilidade e participação em outras esferas, citando a própria falta
111 de presença da SBPC nas reuniões da CONABIO. Por fim, após várias propostas
112 de alteração e votações, a redação final do texto foi aprovada.

113

114 6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES DA AUDITORIA 115 OPERACIONAL DO TCU SOBRE A META 18

116 O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma auditoria preliminar sobre
117 a Meta 18 do Marco Global de Kunming-Montreal, que visa reformar ou eliminar
118 subsídios prejudiciais à biodiversidade. O relatório do TCU apontou a ausência
119 de um processo formal para identificar esses subsídios, a falta de coordenação
120 entre os órgãos do governo e a baixa prioridade política do tema. A auditoria
121 destacou fragilidades institucionais, como a natureza consultiva da CONABIO,
122 que não tem poder deliberativo para tomar decisões vinculantes em temas
123 complexos. Em suas propostas de encaminhamento preliminares, o TCU sugere
124 que o MMA apresente um plano de ação para a identificação e revisão de
125 subsídios. O órgão também recomendou que o Ministério do Planejamento e
126 Orçamento, a Casa Civil e outros órgãos incluam critérios ambientais em suas
127 avaliações. Durante o debate, representantes do MMA, CNI, Conservation
128 International, ABC, WWF Brasil, Instituto Curicaca, MRE e MDA comentaram a
129 auditoria. Foi mencionada a necessidade de que a questão se torne uma política
130 de governo, e não apenas uma atribuição do MMA. Também foi discutida a
131 possibilidade de tornar a CONABIO um órgão deliberativo para fortalecer sua
132 atuação. A auditoria foi elogiada, e a Secretaria Executiva da CONABIO informou
133 que elaborará uma proposta para a criação de um grupo de trabalho ou
134 subcomissão, com a participação de diferentes setores, a fim de desenvolver o
135 plano de ação solicitado pelo TCU. O Instituto Curicaca propôs que a CONABIO
136 se torne um órgão deliberativo, e a sugestão foi aceita para ser discutida em
137 reuniões futuras.

138

139 7. APRESENTAÇÃO DECRETO EPANB

140 O MMA, por meio de sua Secretaria Executiva, anunciou o Decreto nº 12.485,
141 que formaliza a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade
142 (EPANB). O decreto estabelece a EPANB como um instrumento de
143 planejamento federal para cumprir os compromissos com a Convenção sobre
144 Diversidade Biológica (CDB). A CONABIO será o órgão central de
145 recomendação e acompanhamento da estratégia. O MMA será o responsável
146 por coordenar a implementação e o monitoramento, enquanto outros ministérios,
147 como o da Fazenda, o MAPA e o MDA, além do MMA, deverão executar as
148 ações do plano. O plano de ação federal será publicado em até 90 dias e contará
149 com a colaboração do IBGE e do IPEA na definição de indicadores. O MMA
150 também buscará estimular os estados e municípios a alinharem suas estratégias

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

151 com a nacional e estabelecer parcerias com a sociedade civil. As despesas de
152 financiamento virão do orçamento da União e de outras fontes. Um representante
153 da CNI perguntou se o plano seria apresentado à CONABIO, e o MMA
154 respondeu que a apresentação será apenas um informe, mas que os planos de
155 monitoramento, financiamento e comunicação serão discutidos com o comitê. O
156 MAPA confirmou a colaboração de sua equipe no desenvolvimento dos
157 indicadores.

158

159 8. CRIAÇÃO DE UM GT PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DE 160 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DO PAU-BRASIL

161 A Secretaria Executiva do MMA retomou a discussão sobre o Pau-Brasil,
162 destacando a preocupação com a exploração ilegal da espécie. O MMA, com
163 base em dados do IBAMA, informou que há exploração ilegal mesmo em áreas
164 de conservação, e que plantios inadequados da espécie são usados para
165 "esquentar" o comércio ilegal. O Itamaraty e o MMA apoiam a proposta do
166 IBAMA de transferir o Pau-Brasil para o apêndice 1 da CITES, o que tornaria seu
167 comércio internacional mais rigoroso. O MMA também mencionou a necessidade
168 de incentivos para o plantio de qualidade e pesquisas sobre espécies alternativas
169 para a fabricação de arcos de violino, como o ipê, e citou a situação do Cumaru,
170 cuja instrução normativa pode ser revisada pelo IBAMA caso a espécie seja
171 reclassificada para um nível de risco menor. O MMA sugeriu que a CNI
172 coordenasse a elaboração da proposta do grupo de trabalho, sugerindo um
173 escopo inicial focado no Pau-Brasil e em espécies substitutas. A sugestão foi
174 aceita pela CNI durante a reunião, ficando acordado que a proposta seria
175 apresentada na próxima reunião da CONABIO.

176

177 9. PALAVRA ABERTA AOS MEMBROS

178 O MAPA informou que está em fase de constituição de um comitê gestor para a
179 Política Nacional da Conservação e Uso Sustentável para Recursos Genéticos
180 para a Alimentação e Agricultura. O órgão esclareceu que o texto final da portaria
181 está sob avaliação do MMA e do MDA. O MAPA sugeriu ainda que a questão da
182 madeira de jacarandá da Bahia poderia ser um bom tema para um futuro grupo
183 de trabalho. O MMA agradeceu e solicitou ao MAPA que indicasse a equipe que
184 faria uma apresentação sobre a Política Nacional e o TIRFFA em uma próxima
185 reunião da CONABIO. Ao final, o MMA encerrou a reunião agradecendo a todos
186 e destacou os avanços alcançados, como a aprovação da atualização da lista de
187 espécies ameaçadas e a criação de um grupo de trabalho para a conservação e
188 uso sustentável de campos naturais. Por fim, o MMA ressaltou que um plano
189 para atender à demanda do TCU será elaborado e deliberado na próxima
190 reunião. O MRE sugeriu o início de discussão, dentro da CONABIO, para
191 estabelecer processo inclusivo e participativo para apresentação de propostas
192 para a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Silvestres
193 Ameaçadas de Extinção (CITES). A proposta contou com apoio do IBAMA.

194

195

196 10. ENCERRAMENTO:

197 Não havendo mais manifestações dos membros, a Sr. **Bráulio Ferreira de**
198 **Souza Dias** (MMA) agradeceu a presença e colaboração de todos e encerrou a
199 reunião.

200